

ACTA NÚMERO CINCO

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE.

Aos catorze dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas 16:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Geraldès, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Alfredo Guerra Martins, Eduardo Carlos dos Reis Gomes, José Proença Gonçalves, José Júlio Pina Almeida, José Proença Gonçalves e Isaura Freitas Ferreira.

Eleitos do PSD: Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D'Elvas, António Pinto Serra e José Carlos Dias Duarte Gonçalves;

Eleitos da CDU: Maria Dulce Ribeiro Pinheiro;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Vítor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria, António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte e Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

Em virtude do membro constituintes da Assembleia Municipal, da lista do PS Senhora Deputada Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro ter pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado a Senhor José Júlio Pina Almeida.

Em virtude do membro constituinte da Assembleia Municipal, da lista do PS Senhor Deputado José Martins da Fonseca ter pedido a renúncia de mandato, em conformidade com o artigo 76º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocada a Senhora Isaura Freitas Ferreira.

Em virtude do membro constituintes da Assembleia Municipal, da lista da CDU Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal ter pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocada a Senhora Maria Dulce Ribeiro Pinheiro.

Em virtude do membro constituintes da Assembleia Municipal, da lista do PSD Senhor Deputado Francisco António Barata Silveira ter pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor António Manuel Novais Teixeira.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória. Informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 17 presenças, registando-se as ausências da Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio, do Senhor António Manuel Novais Teixeira, bem como a ausência do Presidente de Junta de Freguesia de Maçainhas Senhor Carlos Manuel Teixeira Amaro.

De seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

- 1 – Aprovação da acta da sessão anterior;
- 2 – 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;
- 3 – Período de antes da Ordem do Dia;
- 4 – Período da Ordem do Dia;
 - 4.1 – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município;
 - 4.2 – Apresentação, discussão e aprovação da Carta Educativa do Concelho de Belmonte;
 - 4.3 – Projecto de Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças;
 - 4.4 – Fixação da Taxa de participação variável no IRS, nos termos do artigo 20º da Lei das Finanças Locais;
 - 4.5 – Nomeação de auditor externo para revisão legal das contas do Município, nos termos do art. 48º, n.º 2 da Lei das Finanças Locais;
 - 4.6 – 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007;
 - 4.7 – Apresentação, apreciação e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008;
- 5 – 2º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que iria passar ao expediente e informou Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM VINTE E OITO DE SETEMBRO DE 2007;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria proceder à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 28 de Setembro de 2007, tendo dado a palavra aos senhores deputados para as devidas correcções. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 28 de Setembro de 2007, com 13 votos a favor e 4 abstenções do Senhor José Júlio Pina Almeida, do Senhor Vítor Manuel Mendes Alves, da Senhora Maria Dulce Ribeiro Pinheiro e da Senhora Isaura Freitas Ferreira, por motivo de ausência na referida sessão.

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dar a palavra ao Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD):

O Senhor Deputado **Acácio Bernardo Nunes Dias** (PSD):

“No início deste mandato e com a aprovação do actual regimento, o senhor Presidente desta Assembleia efectuou várias propostas tendentes a dignificar este órgão municipal. Parece-me no entanto que as propostas não passaram de um plano de intenções o que sinceramente me surpreende pela negativa o que não espera de V. Exa. Passarei a dar alguns exemplos:

- Criação do cartão de membro desta Assembleia – Apesar de ter entregue de imediato os elementos que foram solicitados, não consta que tenha sido emitido qualquer cartão.
- Publicação no site da Assembleia Municipal das fotografias dos membros desta Assembleia – A única publicada é a do digníssimo Presidente.
- Publicação das intervenções, propostas e votações nas assembleias pelos diversos membros desta Assembleia.
- À semelhança do que existe para a Câmara Municipal, concretamente o Belmontino, criar um veículo de informação da Assembleia Municipal, ou em alternativa e conforme proposto nesta Assembleia, incluir naquela publicação algumas páginas da responsabilidade deste Órgão. Parece no entanto que esta solução não seria do agrado do Exmo. Presidente do Executivo, o que lamento. O Belmontino é pago com o dinheiro de todos os Municípios e não se deveria resumir ao Editorial do Senhor Presidente da Câmara e à publicitação das obras executadas ou em vias de execução.

Dignificar esta Assembleia através da solicitação junto da Câmara Municipal de instalações onde grupos parlamentares pudessem reunir e receber eventualmente os cidadãos.”

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

Apresentou uma moção intitulada “Contra a Alteração à Lei Eleitoral das Autarquias Locais”

Moção: Contra a Alteração à Lei Eleitoral das Autarquias Locais

O actual sistema eleitoral das autarquias locais, consagrado constitucionalmente em 1976, assenta, no caso dos municípios, na eleição por sufrágio universal e directo dos cidadãos de acordo com o princípio da representação proporcional, da Câmara Municipal e Assembleia municipal. Agora, e a pretexto de um melhor funcionamento autárquico e de uma melhor governabilidade, o Partido Socialista e o Partido Social-democrata pretendem acabar com, as listas para os Executivos Camarários. Em vez de duas listas, haverá apenas uma lista para a Assembleia Municipal, cabendo ao primeiro da lista do partido mais votado desempenhar as funções de Presidente da Câmara, podendo escolher livremente a sua

equipa de vereação e formando sempre um executivo maioritário. Ou seja, o presidente governará a seu bel-prazer, circunstância que, apesar da promessa do reforço das competências das assembleias municipais, dificilmente será contrariada por várias razões, das quais destacamos duas: a primeira porque estas dificilmente teriam condições para uma fiscalização conveniente, dado que estas não podem ser equiparadas à Assembleia da República na vigilância do governo; a segunda, porque como a realidade actual comprova, é rara a situação em que a maioria política na assembleia tem uma composição diversa da maioria existente na câmara.

Como os mais de trinta anos de funcionamento de poder local democrático têm demonstrado, a verdade é que os argumentos para justificar esta alteração não possuem qualquer correspondência com a realidade. De facto, apesar da acentuação da componente presidencialista, o actual sistema tem conseguido preservar e conjugar representatividade, governabilidade e capacidade de realização. De acordo com o actual sistema eleitoral proporcional, 89% dos Municípios Portugueses são governados em regime de maioria absoluta, havendo apenas 11% que não são governados desta forma, pelo que é perfeitamente legítimo suspeitar que a alteração proposta não visa tanto garantir «estabilidade» aos 11 % de municípios mas afastar da vereação de 87% dos municípios portugueses, o maior número de representantes de partidos da oposição.

Neste cenário, um outro argumento, como por vezes também se ouve, de que a alteração ao sistema eleitoral autárquico corresponderia a dar às câmaras municipais a configuração que o eleitorado tem vindo a imprimir-lhes, isto é, a de executivos em maioria. Isso sim significaria, um passo qualitativamente grave na descaracterização do poder local democrático e na blindagem do sistema político local, em favor de uma concentração da representação política e da limitação do princípio da proporcionalidade, alterando de forma grosseira os votos livremente expressos dos cidadãos.

Não se vislumbra pois como é que tal proposta, ainda que moderada pela imposição da limitação de mandatos, poderia contribuir para melhorar a qualidade democrática do exercício do poder local ou para reforçar a participação dos cidadãos, quando aquilo que se propõe é justamente o contrário na medida em que a fiscalização e o controlo democráticos hoje exercidos pelos vereadores da oposição nas câmaras municipais praticamente desapareceriam; em que o presidente de câmara passaria a escolher a maioria ou a totalidade dos vereadores, até hoje resultado da escolha directa de cada um dos eleitores; em que a proximidade entre eleitos/eleitores seria irremediavelmente afectada, dado que na generalidade dos casos mais de metade da população e dos eleitores deixarão de ser ver representados no executivo municipal, o que, no caso das listas de cidadãos eleitores, seria ainda mais grave, que assim veriam ainda mais reduzidas as possibilidades de chegarem às câmaras municipais na medida em que a escolha originariamente ditada pelo critério de eleger quem melhor nos represente e melhor promova a nossa terra daria lugar no futuro a uma opção determinada por razões de mera possibilidade de eleger este ou aquele para presidente de câmara ou seja, uma inevitável redução das alternativas políticas ao dispor dos cidadãos.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em Sessão Ordinária, de 14 de Dezembro, delibera:

- Reprovar a anunciada proposta de revisão eleitoral autárquica empreendida pelo PS e pelo PSD.

A Eleita da CDU

Belmonte, 14.Dez.07”

O Senhor Deputado **José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD):

“Em relação a esta questão não deixo obviamente, de referir a pertinência que ela tem sob ponto de vista da discussão neste órgão autárquico. Contudo considero que a forma como a moção está escrita, reflecte uma base muito especulativa sob o ponto de vista daquilo que se prevê e daquilo que poderá vir a ser a nova Lei Eleitoral das Autarquias Locais. Contudo algumas das questões que a Senhora Deputada levantou não me preocupam muito! Antes pelo contrário, de alguma forma poderão vir a resolver algumas das difíceis situações, que por vezes existem entre o relacionamento das assembleias municipais e executivos municipais, dos senhores presidentes de junta com a câmara municipal, portanto até seria bom que houvesse algumas alterações.

Em relação ao reforço das competências das assembleias municipais, estas passaram ter a competência de destituir o presidente da câmara municipal que é de todo uma situação inovadora e reflecte um aspecto muito concreto da importância que as assembleias municipais poderão vir a ter no futuro.

Por outro lado, preocupa-me algumas das questões que levantou, nomeadamente em relação à escolha dos elementos da equipa da vereação. O presidente da câmara poderá escolher toda a vereação até fora dos próprios elementos da assembleia municipal, portanto há aqui uma série de questões que de facto merecem a nossa reflexão. Portanto, nessa perspectiva e tendo em vista uma melhor definição daquilo que poderão vir a ser os pressupostos desta alteração à lei eleitoral e atendendo à forma como esta moção está escrita, não podemos concordar com ela, como tal iremos votar contra.”

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Ainda não estamos no domínio de uma lei concreta, estamos no domínio das hipóteses mas, também não deixa de ser relevante que da parte do PSD ninguém tenha vindo desmentir aquilo que foi muito explícito na comunicação social. Entendo que provavelmente os aparelhos partidários ainda tenham que “afinar” alguns pormenores, agora aquilo que veio a “lume” em termos da comunicação social foi muito claro, a moção versa só sobre si aquilo em que nenhum dos partidos veio desmentir, o acordo.

Em relação ao reforço de competências na assembleia municipal o PS e o PSD caminharam no sentido de retirar competências, temos aqui um órgão que é muito específico, não se pode comparar com aquilo que são os deputados na assembleia da república, por várias características, das quais já enumerei algumas.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Relativamente a este ponto e a esta moção quer dizer que a bancada do PS vai dar liberdade de voto aos seus membros.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu à votação da Moção apresentada pela CDU.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, não aprovar a moção apresentada, com 14 votos contra, 2 votos a favor e 1 abstenção.

O Senhor Deputado **António Luís Nave D` Elvas** (PSD):

“Esta primeira intervenção prende-se com a dupla qualidade que me é conferida nesta assembleia de deputado municipal e de deputado intermunicipal na Comunidade Urbana das Beiras em representação da Assembleia Municipal Belmonte.

Durante a Assembleia Intermunicipal vi-me na contingência de votar o Plano Estratégico da Cormubeiras, que deveria ter sido debatido nas respectivas assembleias municipais, o que não aconteceu na Assembleia Municipal de Belmonte, uma vez que tal documento nunca chegou a ser recebido. Não tendo conhecimento do conteúdo desse plano tive que me abster da sua votação uma vez que nem sequer tinha sido debatido e votado na assembleia municipal de Belmonte, sendo assim não me sentia legitimado para o votar.

A ligação da A23 a Belmonte é por nós considerada estratégica, porque vai permitir que algum do fluxo turístico que venha do Norte, para visitar a Serra da Estrela possa sair em Belmonte, beneficiando assim concelho de Belmonte. Por isso esta obra é importante para Belmonte mas, também o é para a Guarda, Manteigas e supostamente para o município do Sabugal, ou seja estamos a falar de uma obra de interesse supra municipal mas, está classificada no Plano Estratégico Intermunicipal com de interesse concelhio, o que para mim é um antagonismo, dado que tínhamos acabado de votar uma moção, proposta pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, dizendo rigorosamente o contrário, inclusive incentivando os Deputados deste órgão a criar um “loby” de interesses, que viabiliza-se a sua concretização, moção que foi apoiada por todos e votada por unanimidade. Pelo que é com estranheza que afinal na periodização destas medidas é apenas classificada de interesse concelhio, então temos que esclarecer isto uma vez por todas, ou é de interesse concelhio, ou não é de interesse concelhio, e aqui é directamente responsável quem eventualmente periodizou esta ligação na assembleia intermunicipal, com sendo apenas de interesse do concelho de Belmonte.

Fiquei ainda mais surpreendido quando comparando com outro tipo de obras, como é o caso da recuperação do edifício classificado para Centro de Estudos Arqueológicos, em Caria, está classificada como uma obra prioritária, facto que me apresenta algumas dúvidas. O Centro de Congressos em Belmonte vem classificado como prioritário e a ligação à A23, classificada de interesse concelhio. Penso que fui suficientemente claro quanto ao propósito, mas não me parece que tenha havido uma visão estratégica na elaboração do Plano Estratégico Intermunicipal, relativamente ao concelho de Belmonte.”

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Em nome do bom rigor, de facto, a Cormubeiras nasceu torta. Gostaria de esclarecer que nenhum membro desta assembleia está a representar a Assembleia Municipal de Belmonte na Cormubeiras, porque se bem se recordam houve um entendimento entre o PS e o PSD para fazer uma lista única, entendimento esse que depois não foi legitimado, porque houve três elementos da CDU, que também foram eleitos para a Cormubeiras, ao contrário do que foi dito, porque o Senhor Deputado Luís D`Elvas está como representante do PS e do PSD e não como representante desta assembleia, uma vez que a Cormubeiras não tem representantes das assembleias municipais.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Perante aquilo que aqui foi dito sinto-me na obrigação de intervir. É verdade que tive conhecimento do Plano Estratégico da Cormubeiras, pelo Senhor Deputado Luís D’Elvas, confesso que não conheço os conteúdos do documento, desconheço também se é obrigatório ou não o debate desse documento nesta assembleia, mas, seja obrigatório ou não, considero importante que todos tivessem acesso a este documento e o pudessem analisar e debater pormenorizadamente nesta assembleia de uma forma construtiva, contribuindo para o bom desenvolvimento do Concelho de Belmonte”.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia (esclarecimentos relativos ao Lar de Idoso de Caria)

O Senhor Deputado **José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD):

“Depois de ouvir o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia relativamente a esta matéria queria dizer-lhe que subscrevo o que acabou de referir. Mas para que isso aconteça penso que não poderá acontecer aquilo que aconteceu, com a resposta do ofício por parte da Câmara Municipal à Santa Casa da Misericórdia de Belmonte e para dizer apenas o seguinte: as afirmações que são feitas carecem de verificação para se apurar se são verdade ou não, a serem verdade constituem crime, portanto solicito que a Câmara Municipal investigue e averigüe se as afirmações e as acusações que faz são verdadeiras, porque se o são é crime, e se é crime tem que ser punidas por lei. Pelo que acho que não será nesses termos que conseguiremos chegar a bom porto.”

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos intervenientes:

O Senhor Deputado **António Luís Nave D` Elvas** (PSD):

“Sobre a actividade municipal e sobre assuntos não referenciados na informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Em primeiro lugar solicitava ao Senhor Presidente da Mesa que solicita-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a verificação da titularidade do domínio hídrico da localidade de Aldeia de Souto e que tipo de propriedade o município de Belmonte retém sobre as águas de Aldeia de Souto. Tenho a informação que as águas de Aldeia de Souto são propriedade do Município de Belmonte. Mas, tenho conhecimento que as Águas da Covilhã estão a fazer algumas obras na localidade de Aldeia de Souto, distribuindo água desta pelas localidades circundantes e estando também em curso um processo de privatização destas e é provável que se esteja a privatizar uma propriedade do Município de Belmonte. Isso é relevante para Belmonte, podendo estar aqui em questão uma suposta venda de propriedades inventariadas na Covilhã que pertençam a Belmonte, o que deverá ser averiguado.

Gostaria também de deixar aqui uma sugestão relativamente à gestão da rede de água em baixa, no seguimento daquilo que algumas Câmaras da nossa zona estão a fazer que é a

privatização desta, o que me parece ser uma solução a debater e a ter em consideração relativamente ao Concelho de Belmonte.

Em segundo lugar e relativamente à Empresa Municipal de Belmonte, gostaria de referir que de todos os objectivos enunciados e preconizados na criação desta empresa, nos domínios das carências deste concelho, nenhum deles foi atingido. Certamente que o Senhor Presidente da Câmara gastaria menos dinheiro e com resultados mais visíveis se atribuísse a gestão dos museus ou da Empresa Municipal à Junta de Freguesia de Belmonte ou a qualquer colectividade deste concelho. Hoje o que se assiste com a Empresa Municipal é a gestão corrente de cinco museus com cinco funcionários, que para além disto e até agora não se viu mais nada, digo isto com alguma mágoa. Se tivemos a coragem de a criar e se ela não serve os objectivos para que foi criada temos que ter a coragem de lhe por um termo, quando julgarmos que já não tem solução. Acredito que tenha solução, se todos, independentemente da bancada que representa, tiverem a coragem de afirmar o que está errado e rectificar as coisas, para que esta empresa tenha uma acção mais expressiva no desenvolvimento deste concelho.

Solicitava ainda ao Senhor Presidente da Câmara se tem alguma informação sobre a Fonte da Madalena, se sabe qual o seu paradeiro?"

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Em primeiro lugar gostaria que o problema do Lar de Idosos de Caria fosse de uma vez por todas resolvido, porque em nada ajuda este tipo de “quezílias” que têm existido entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia o que só faz com que o processo de construção deste se atrase cada vez mais, sendo esta uma infra-estrutura que faz bastante falta àquela freguesia.

No que concerne à componente de apoio à família, verificamos que o Senhor Presidente assume que em todos os jardins-de-infância de Caria, esta é uma realidade. Queremos saber quais são os gastos por jardim-de-infância, com os serviços prestados ou a prestar, em cada um, neste concelho. Refiro isto porque tive o cuidado de me inteirar junto de responsáveis e o ponto da situação é que no concelho de Belmonte existem refeições em todos os jardins, mas no que concerne ao prolongamento de horário apenas o jardim de infância de Colmeal da Torre é contemplado. É lamentável que depois deste tempo todo, a receber verbas e com fundos que Ministério da Educação tem para dar e para ajudar, esta situação subsista. Gostaria de deixar um aviso, que não se pense que o pagamento por parte dos pais é suficiente para resolver tudo.

Para a CDU a água é um bem necessário e precioso para a saúde humana não é uma mercadoria, pelo que não pode ser da gestão pública, tem que se melhorar esta gestão mas não privatizá-la.”

O Senhor Deputado **Acácio Bernardo Nunes Dias** (PSD):

“Pretendo referir-me nesta minha intervenção a alguns pormenores que não são referidos na informação do Exmo. Presidente.

Vemos com agrado a preocupação que o Exmo. Senhor Presidente coloca no embelezamento das ruas da vila, colocando em vários locais, os mais visíveis, flores envasadas e construindo mesmo alguns canteiros ou recantos ajardinados.

Porém passam certamente despercebidas, várias situações que mostram em contrapartida um desleixo clamoroso e que passo a enumerar:

Contentores de lixo que não são devidamente hifenizados e que consequentemente transmitem mau cheiro;

Contentores de lixo que ou não são regularmente despejados ao então são insuficientes para a população que servem, uma vez que não raras vezes se encontram cheios e com lixo depositado em redor;

Contentores de lixo cheios, com lixo que não são propriamente lixo doméstico. Depósito de lixo restos de limpezas de jardins e até mesmo trastes que não é propriamente lixo doméstico. Consequentemente os serviços de recolha deveriam informar a Câmara dessas situações para que os seus serviços procedessem de acordo com o regulamento municipal;

Folhas caídas nas ruas que aí se mantêm vários dias e até semanas sem que sejam recolhidas, provocando obviamente mau aspecto e podendo mesmo contribuir para acidentes de viação, para além do aspecto de desleixo que manifestam;

Viaturas que permanecem meses estacionadas no mesmo local sem que a autarquia tome as necessárias medidas para a sua remoção. Para além do facto de prejudicarem a mobilidade dentro da vila, constituem um foco de aglomeração de lixo e o crescimento de ervas em seu redor;

Encontramos com frequência caídos na via pública, papeis, garrafas de água vazias, maços de cigarros e outros detritos, consequência da falta de cidadania de alguns cidadãos, mas também devido à falta de receptáculos onde o passante possa colocar o lixo;

Esgotos que correm a céu aberto quase todos os dias na valeta da estrada municipal acesso norte à Vila a partir de E.N. no. 18. Para além do mau cheiro e do mau aspecto é de salientar que o esgoto correrá directamente para a linha de água. O problema não é de certeza falta de cota ou de capacidade. É sim consequência de entupimento provocado pelas raízes das árvores em consequência da sua deficiente construção. Embora pareça que neste momento, o problema se encontra resolvido, a curto prazo voltará certamente à mesma situação.

Relativamente à ETAR a oeste de Belmonte pretendo alertar esta Câmara para o facto de apesar de se tratar de um equipamento recém construído, me parecer já insuficiente para as necessidades. E constante e exagerado o mau cheiro pelo que certamente não terá sido devidamente dimensionada. Deixo aos competentes serviços desta Câmara a análise do problema.

Senhor Presidente, são as pequenas coisas que muito podem contribuir para o bem-estar das populações e para o bom acolhimento e a boa impressão que podemos prestar a quem nos visita.

É mais importante o louvor saído da boca do Povo anónimo, do que aquele que se perpetua nas placas de inauguração das grandes obras.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que naquele momento se registavam 18 presenças na sala, com a chegada da Senhora Maria Manuel Martins Sampaio.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu as questões abordadas:

“

Em relação à rede de baixa é uma questão que está a ser tratada ao nível dos municípios com a parceria das Águas do Zêzere e Côa e nesta fase estamos a fazer um

estudo para que depois se possa vir a discutir a integração ou não no sistema intermunicipal por forma a que as Águas do Zêzere e Côa fiquem com os dois sistemas.

Relativamente à Empresa Municipal, esta está a fazer o seu trabalho de uma forma muito interessante e as ilações que o Senhor Deputado tirou da sua actividade estão perfeitamente em desacordo com a realidade. A Empresa Municipal cresceu de 2006 para 2007, 49% na venda de entradas, o que reflecte um aumento significativo de visitantes nos museus e uma eficácia em termos de gestão, bem como no merchandising que teve um crescimento na ordem dos 18%, isso quer dizer que há empenhamento por parte dos funcionários que lá trabalham e que a gestão está a ser feita com o maior rigor. Se assim não o fosse não haveria em termos de sustentabilidade dos rendimentos da empresa, 60% dos custos fixos. Não é justo que o Senhor faça esse tipo de apreciações de uma empresa municipal que se distingue pela positiva. Gostaria também de esclarecer que ao contrário daquilo que o Senhor diz, o Conselho de Administração da Empresa Municipal não é remunerado, as pessoas que são remuneradas são os profissionais que nela trabalham, penso que na abordagem destas questões deveriam ter em conta as apreciações que fazemos e nas afirmações que produzimos, porque o Senhor dá uma imagem perfeitamente denegrida de uma empresa que está a fazer um excelente trabalho no desenvolvimento deste concelho.

No que concerne à Fonte da Madalena a informação que tenho é mingua, embora já tenha recolhido alguns elementos fotográficos no sentido de uma recuperação futura.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada da CDU gostaria de dizer-lhe que não tenho hábito de gerir o município com compadrios e não me pauto por esses caminhos, o que tem a ver com o Centro de Dia de Caria não se resolve por causa de “zangas de compadres”, não sei com quem é que a Senhora se dá, mas de certeza que não é com as mesmas pessoas que eu, e é bom que a Senhora distinga isso, porque não é por isso que vou de deixar de fazer as coisas. Na minha opinião, a informação que a Senhora pretende deverá solicitá-la junto da Santa Casa da Misericórdia, porque o dono de obra não é a câmara, a câmara não aprovou nenhum projecto para aquela obra, portanto não pode querer transferir para o presidente da câmara a responsabilidade deste problema.

Em relação à componente de apoio à família, em Caria existe esse apoio embora a câmara não esteja obrigada a fazê-lo, pelo que o tipo de informação que a Senhora pretende deve solicitá-la junto do Agrupamento de Escolas e não da Câmara Municipal, porque esta apenas tem um papel de colaboração com as várias instituições, mas não está obrigada a substituir-se nem ao agrupamento nem às instituições.”

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Estas matérias são sistematicamente trazidas a esta assembleia pela CDU porque infelizmente a câmara não cumpre com aquilo que deveria fazer.

Em relação à componente à família já é a terceira vez que faço um requerimento para me inteirar e não obtenho resposta por parte da câmara municipal. O concelho de Belmonte é o único do Distrito de Castelo Branco que não tem a componente à família organizada, no que concerne ao prolongamento de horário.

Relativamente ao Lar de Idosos de Caria o problema não está resolvido, porque a Santa Casa da Misericórdia solicita o mesmo tratamento que foi dado para um investimento para a mesma área social em Belmonte o que é condição indispensável para que a obra prossiga.

Quanto à recolha de informações deixe que lhe diga que no ano passado a CDU solicitou reuniões sobre esta matéria e fomos recebidos pela Santa Casa da Misericórdia de Belmonte e pela Segurança Social em Castelo Branco, pedimos reunião primeiro do que a toda gente, à Câmara Municipal de Belmonte e não nos recebeu porque disse que não tinha mais nada a acrescentar e agora vem-nos a acusar e a dizer o que temos que fazer para obter a informação necessária. Temos a legitimidade que nos assiste em exigir que a câmara ajude a resolver aquele problema porque não faz sentido nenhum que não seja resolvido.”

O Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas (PSD):

“Em relação à minha intervenção gostaria que o Senhor Presidente dissesse a esta assembleia que para além do objecto social da empresa que é gerir os museus, o que é que a empresa se propõe fazer mais além de gerir os cinco funcionários que tem nos seus quadros? e quanto desse movimento feito nos museus representa em termos de valor para Belmonte?

Uma vez não tendo dados para poder analisar, tenho a percepção de que o valor acrescentado para as famílias e cidadãos de Belmonte desta gestão dos museus não será porventura muito grande. Porque para além daquilo que faz, que é gerir os museus e o merchandising é preciso saber o que é que a população beneficia com isso. Portanto é necessário que exista uma estratégia concertada de desenvolvimento para que todos os municípios e pessoas do Concelho de Belmonte possam usufruir das mais valias que esse desenvolvimento possa proporcionar.

Mas, também não disse em sitio nenhum que os profissionais daquela empresa não eram competentes, pelo contrário para mim as pessoas que ali trabalham são extremamente competentes e desempenham a sua função bem, não pus em causa a dignidade das pessoas, não disse que a empresa era despesista e que os administradores ganhavam dinheiro, disse sim que entregue a uma junta de freguesia ou a uma colectividade teria menos custos e a sua gestão seria mais eficiente, portanto estou de consciência tranquila.

O objecto social base da empresa está a ser cumprido a 1% mas, isso não quer dizer que esse 1% não esteja a ser bem feito mas, os restantes 99% têm que ser feitos tem que se esforçar para que sejam cumpridos.

Quanto à Fonte da Madalena apenas falei deste assunto aqui porque fui questionado por alguns municípios o que era feito desta fonte, se existia algumas ruínas ou se eventualmente a câmara a tinha guardada para futura reconstrução.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas:

“Relativamente à Senhora Deputada Dulce tenho a dizer-lhe que a senhora está muito mal informada, porque o prolongamento de horário em Colmeal da Torre é feito através de uma parceria entre aquela junta de freguesia e a câmara municipal e em relação a Caria existe oferta de prolongamento de horário, através do jardim de infância.

Em relação à questão do lar de caria foi dito aqui pelo Senhor Presidente da Mesa através do ofício lido que estamos disponíveis naquilo que for preciso para colaborar com a Santa Casa, para resolver aquele problema.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Luís D`Elvas, acho que os comentários que faz não são apropriados, o que desqualifica as pessoas.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Relativamente à Fonte da Madalena só quero esclarecer que não tenho qualquer documentação nem sei onde possa estar.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.2 – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE BELMONTE;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU):

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Esta Carta Educativa teve um mérito mas é um infeliz mérito. É que esta carta apesar de o diagnóstico ter alguns dados que não correspondem à realidade do concelho demonstra aqui aquilo que o Senhor Presidente diz, que temos um concelho na área da educação por excelência, infelizmente não o é.

No que diz respeito ao Centro Educativo de Belmonte e relativamente às condições do edifício a sua classificação é mediana, de facto é uma situação que nos entristecesse mas, também é um dado com que temos que contar.

Do diagnóstico o que se conclui é que se perde população nas faixas etárias mais jovens, em 23 anos ganhou-se 897 residentes mas, perderam-se em 11 anos 251 alunos, diz-se também que é o concelho com a taxa de analfabetismo mais elevada de toda a Cova da Beira é a população com a taxa de escolarização mais baixa de toda a Cova da Beira, e é também um concelho com os níveis alarmantes de desemprego e que esse desemprego incide essencialmente na população com menor escolarização. Mas, nada é proposto para a escolarização e formação das populações, isto é uma falha grave nesta carta.

O diagnóstico que é apresentado é contraditório com a realidade que encontramos, por exemplo sabemos que há um número crescente de alunos que não carrega o seu cartão de utente isto revela que as dificuldades estão a crescer, mas, se fizermos fé nos dados que aqui temos dizem-nos que os apoios com acção escolar diminuíram, tal como o número de alunos! Como isso é possível num concelho em que o desemprego subiu, como é possível estes dados da acção escolar com esta agudização em termos sociais, há qualquer contradição que é necessário esclarecer. Também sabemos que a forma como os apoios da acção social escolar são atribuídas e as orientações oficiais que vêm se forem seguidas só os muito pobres é que têm direito a algum apoio e isto não pode ser, porque num concelho com as características do nosso tem que haver uma preocupação da câmara em tentar junto de outras entidades resolver estes apoios, porque senão os jovens e crianças carenciadas abandonam a escola, pelo que tem que existir um esquema que permita detectar estas situações a tempo de colmatá-las.

No Pré – Escolar a maioria das crianças encontram-se nos três Jardins-de-infância privados, a ocupação dos jardins-de-infância públicos não chegam aos 50% porque se calhar uns não têm condições para lá deixar as crianças e outros as condições que são arrançadas não são aquelas que interessam aos pais das crianças. Por isso é claro que há uma perda de alunos no pré-escolar mas, também vemos que a maioria das nossas crianças

estão em escolas privadas quando podiam estar em escolas públicas cuja taxa de ocupação é de 46%. Por outro lado vemos que a maioria das instalações, nomeadamente mobiliário, material escolar, aquecimento e as infra-estruturas como o saneamento são razoáveis ou deficientes. Estas são deficiências que já estão detectadas e o curioso é que volta a não haver nada de concreto nas propostas apresentadas.

Em termos de propostas vem mencionado que é preciso colmatar as deficiências e não se diz em concreto o que é preciso fazer e onde.

Relativamente ao primeiro ciclo foi onde se perderam menos alunos no entanto é daquele que nas projecções é o ciclo de ensino que define e que fica de facto com um número de alunos muito reduzido. No entanto o diagnóstico assenta aqui num pressuposto errado porque diz que o ministério da educação prevê encerrar as escolas com menos de 10 alunos, o que também não é rigoroso porque os documentos do ministério da educação dizem que a previsão de encerramento das escolas, é para todas aquelas que tenham menos de 20 alunos e isto é importante porque tem que se perceber o que se quer fazer no futuro.

A grande e única proposta que aparece nesta carta devidamente concreta e estabelecida é a construção do Centro Educativo de Caria.

Em relação ao primeiro ciclo também nada é dito, que opção se vai tomar, será que o município vai manter as escolas do primeiro ciclo abertas independentemente das pressões e dos critérios do Ministério da Educação? Se é assim onde vai intervir prioritariamente para resolver as carências que atrás foram faladas? Ou a opção é o município ir gradualmente permitir o encerramento das escolas concentrando os alunos do primeiro ciclo nos dois centros educativos, no de Belmonte e Caria? Mas se é assim há aqui um problema que se levanta, sabemos que se o Centro Educativo já está no seu limite de capacidade mas, se vier a acolher as crianças de Colmeal de Maçainhas e Carvalhal para além das que já estão além das que já estão, ultrapassa a sua capacidade máxima, como este problema vai ser resolvido? Também seria interessante no ponto de vista das actividades de enriquecimento curricular saber quais são os espaços que estão previstos para a realização destas actividades? Porque o que temos assistido são crianças de faixa etária baixa, que estão 8 horas enfiadas nos mesmos espaços. Por outro lado ainda nas actividades de enriquecimento curricular também seria interessante saber se o número de alunos inscritos são os que estão a frequentar? Porque parece-me que há uma escola ou outra em que os números não são idênticos.

No que concerne aos transportes escolares aparece e bem, o tempo da viagem os km percorridos mas, não aparece o tempo e os km do percurso, o que é fundamental. Também não aparece o tempo de espera que as crianças têm que fazer, desde que chegam à porta da escola até que comecem as aulas. Dou como paradigma disto as crianças do Monte do Bispo que para fazerem 3 ou 4 km para Caria têm que se levantar às 7 horas da manhã chegam às 7 horas 45 minutos à escola e estão a fazer tempo até que iniciem as actividades, o que não se justifica.

Em relação ao segundo, terceiro ciclo e secundário sei que não é da responsabilidade do município tratar destas questões, no entanto há aqui um diagnóstico que é feito onde se apontam falhas graves à escola, carências várias nomeadamente na cozinha e esta carta educativa nada propõe relativamente a resolver os problemas do edificio do segundo, terceiro ciclo e secundários.

Relativamente à questão do ensino profissionalizante embora se detecte que há aqui uma falha na diversificação dos cursos pois nada é proposto quanto a isso. Quanto à capacidade instalada, a termos fé, nas projecções demográficas que são feitas diz-se que em

2012 o segundo, terceiro ciclo e secundário do concelho terá 768 alunos, a capacidade instalada da escola é de 644 crianças, tendo-se detectado isto, também nada é dito para resolver o problema. Como é óbvio não é o município que tem a obrigação de resolver mas, detectado o problema a carta educativa deveria ter registado nas propostas a forma de alertar o poder central para resolver este problema.

Só o nosso elevado sentido de responsabilidade nos levará a não votar contra esta carta educativa. Porque sabemos que estão prometidos 100 milhões de euros para a região centro, sabemos pelos estudos que já temos que esses 100 milhões de euros não darão para metade das construções escolares que os municípios da região centro propõem nas cartas educativas já homologadas e portanto sabemos que tudo o que seja atrasar a carta educativa poderá hipotecar gravemente para o futuro as decisões e opções que é preciso tomar rapidamente. Esta carta se chegar a ser aprovada pelo Ministério da Educação tem que ser rapidamente revista, porque as decisões em alguns quadrantes que aqui estão detectados como problemas têm que encontrar ressonância naquilo que são as propostas para resolver os problemas.”

O Senhor Deputado **António Luís Nave D` Elvas** (PSD):

“Em primeiro lugar referir que esta carta educativa é um documento tecnicamente pobre, é uma recolha de dados a que se chama “diagnóstico” e que ocupa 99 % de todo o documento e restam depois duas páginas para propostas. E as duas páginas que restam para propostas dizem coisas tão evasivas, tão genéricas que não seria necessário nenhuma carta educativa para que as pudéssemos dizer. Nomeadamente diz a carta educativa naquilo que já são as suas conclusões que os “objectivos são a requalificação escolar pretendendo uma melhoria das condições da vida escolar e racionalizar meios e recursos”, nós também pensamos assim mas não precisávamos de carta alguma para o dizer, independentemente de todo este diagnóstico e deste trabalho que foi feito. Esta carta não nos vem dizer rigorosamente nada de novo. Aquilo que a carta reserva para conclusões e para propostas é ainda muito mais pobre do que o seu diagnóstico, embora o seu diagnóstico nos levante serias dúvidas e credibilidade, nomeadamente, e a título de exemplo, a Escola de Música não vem aqui enquadrada, em nenhum nível de ensino oficial, vem enquadrada na oferta educativa. Quanto à projecção que é feita deixa-nos pasmados porque pressupõe-se que em 2012 haverá mais alunos em Belmonte do que há hoje, é estarmos a acreditar numa coisa que eventualmente pode não vir a acontecer. Porque a tendência é para diminuir uma vez que cada vez a taxa de natalidade é menor.

Esta carta é necessária e seremos responsáveis ao viabilizá-la de forma a que possa ser apresentada para candidatura e para que possam vir os financiamentos que tantos são necessários, mas, ela é toda feita no sentido de justificar o centro educativo em Caria, com o qual concordamos plenamente e sem reservas com a sua construção. Mas esta carta diz uma coisa que me deixou boquiaberto, que temos 50 alunos em Caria, e se fizermos o centro educativo passaremos a ter 100 alunos, não estou é a ver forma para que isto aconteça.

Por último gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal me esclarecesse relativamente a uma entrevista dada por um Senhor Professor do Centro Educativo de Belmonte aquando da visita da Senhora Governadora àquele estabelecimento de ensino, em que dizia que não havia nas salas de aulas material didáctico e escolar para ensinar as crianças, e vem na carta de educativa dizer que o equipamento didáctico é bom, mas para ser bom tem que existir, o que não me parece que seja o caso, ou então o Senhor Professor

desconhece o seu paradeiro, mas, das duas uma ou não existe tal equipamento ou então as pessoas que fizeram este diagnóstico puseram lá coisas que não existiam.”

O Senhor Deputado Eduardo Carlos dos Reis Gomes:

“Em relação à carta educativa, em primeiro lugar, de referir a apresentação cuidada do documento e na apresentação na maior parte dos conteúdos houve algum cuidado na sua elaboração. Mas, tendo em consideração os propósitos fundamentais de uma carta educativa que é constituir um instrumento de planeamento e ordenamento da rede de estabelecimentos de ensino a nível concelhio com carácter prospectivo, penso que deveria ser dada mais importância à oferta educativa da Escola de Música do Centro Cultural Pedro Álvares Cabral, uma vez que é uma escola oficializada na área do ensino artístico especializado. Que tem vindo a ter aproximadamente entre 70 a 80 alunos, penso que neste documento deveria ter sido dada alguma importância a este tipo de oferta, porque atrai algumas pessoas ao concelho e gera alguma riqueza para a população de Belmonte. Sugeria que numa possível revisão deste documento se considere um estudo mais aprofundado da escola de música e também das outras duas instituições, que têm oferta educativa nomeadamente os infantários visto que podem também constituir pólos de atracção.

Em relação à escola do segundo e terceiro ciclo Pedro Álvares Cabral em termos de oferta educativa penso que uma vez que o ministério quer acabar com os cursos tecnológicos a escola deveria apostar mais nos cursos profissionais.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Antes de mais as contribuições para melhorar esta carta deveriam ter sido fornecidas antes e não depois desta estar elaborada, fiquei muito decepcionado quando constatei alguns por uma das actas que vem juntamente com a documentação, a pouca participação dos parceiros do Conselho Municipal de Educação.

Também nós consideramos que esta carta educativa é pouco ambiciosa. Refira-se que esta carta acusa alguma ausência de informações concretas nomeadamente no que diz respeito à melhoria de algumas das escolas existentes e dos seus espaços exteriores. Tem ausência de informação concreta relativamente à melhoria da rede de transportes escolares e parece-me assim que esta carta educativa é sobretudo um diagnóstico. Dedicar-se essencialmente a fazer o diagnóstico da situação em termos geográficos, demográficos e sócio-económicos do sistema educativo, que em muitas das análises efectuadas como sejam as taxas de retenção e abandono escolar, não se analisam as suas causas profundas. Assim, embora manifeste algumas críticas a este documento nós votaremos favoravelmente porque a sua aprovação é necessária, visto que para que se concretize qualquer candidatura na área da educação é necessário ter este documento.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia relativamente à Carta Educativa para o Concelho de Belmonte esclareceu.....

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que se iria passar a votação do ponto em discussão:

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a Carta Educativa para o Concelho de Belmonte com 11 votos a favor do PS e com 7 abstenções do PSD e da CDU.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.3 – PROJECTO DE REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Esta proposta de regulamento resulta de uma determinação legal e resulta de actualizações que são feitas anualmente.”

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Percebemos de facto que isto resulta de uma determinação legal mas, gostaria de deixar aqui claro que esta para nós não é uma boa solução, baralha mais do que ajuda, porque mistura taxas, tarifas e preços o que são coisas diferente. Relativamente ao conteúdo também nos parece que tal como na parte das taxas e das tabelas se apresentam algumas questões particulares do capítulo que se está a tratar nomeadamente na área das isenções depois fica contraditório porque parte do regulamento incide sobre a questão urbanística, dá-nos a ideia que o articulado que está no regulamento e que se refere a questões urbanísticas podia também ficar na tabela correspondente como notas apensas com se fez no resto. Gostaria de perguntar sobre qual base tinha incidido a actualização dos preços, porque não está claro e gostaria de saber se estes valores já são actualizados ou se são as actualizações já a vigorar em 2008. No nosso entender o capítulo XII (água) não devia constar neste documento pelas características do bem que aqui é referido. Também constatamos que os museus não estão aqui incluídos e creio que é por estarem neste momento a ser geridos pela empresa municipal. Perante o que aqui está dito e se os esclarecimentos não forem conducentes a intenção de voto da CDU, será a abstenção.”

O Senhor Deputado **José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD):

Declarou que o PSD iria votar favoravelmente o Projecto de Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria à votação do Projecto de Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças.

Tendo a Assembleia deliberado por maioria, aprovar o Projecto de Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças, com 17 votos a favor do PS e do PSD e com a abstenção da CDU.

4.4 – FIXAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, NOS TERMOS DO ARTIGO 20º DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“.....

O Senhor Deputado **Acácio Bernardo Nunes Dias** (PSD):

“É com agrado que pela primeira vez vejo contemplada pelo Exmo. Executivo uma proposta à Assembleia Municipal feita pelo PSD e aprovada por maioria nesta assembleia. Porem analisada a certidão emitida pela Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal constatamos que a deliberação de fixar em 5% a redução de participação do IRS é para o ano de 2008 a liquidar em 2009 mas, o que esta assembleia aprovou em reunião realizada 26 de Setembro de 2007, foi uma redução da taxa de IRS para o não de 2007 a liquidar em 2008. Consequentemente solicitamos ao Exmo. Executivo a alteração da sua proposta.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Não é possível alterar essa situação porque é uma imposição legislativa, que nem a assembleia municipal nem o executivo tem competência para a alterar.”

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“A posição que nós defendemos é totalmente oposta à que aqui é apresentada e desde logo passo a justificar. Em primeiro lugar que não restem dúvidas que o PCP luta para que haja o desagramento da carga fiscal relativamente àquilo que são os rendimentos do trabalho. Mas, entendemos que esse desagramento não pode ser feito de forma desigual de concelho para concelho, porque quando se trata de um imposto desta natureza aquilo que é justiça fiscal não pode ser aplicada num concelho de uma forma e noutro concelho de outra forma. Por outro lado esta justiça fiscal, esta solidariedade não pode ser feita à custa do dinheiro dos municípios. A outra questão que queria referir, segundo a Direcção Geral de Contribuições e Impostos o IRS liquidado no ano de 2006 em Belmonte correspondeu a 2739 declarações de IRS e gerou uma receita ilíquida de no valor de 2122 839,30 euros, se dividirmos este valor pelos 5% obtemos a tal quantia de mais de 100 mil euros que já aqui foram falados. Se por outro lado dividirmos estes 100 mil euros pelas 2739 declarações de IRS entregues chegamos à módica quantia de que vai ser poupado ao bolso de cada cidadão cerca de 38 euros, o que não será certamente suficientemente aliciente à fixação de pessoas neste concelho. Mas, se fizermos as contas ao contrário alguns municípios podem chegar a poupar 500 a 750 euros. Isto é de todo inaceitável, porque menos receita é menos investimento é menos obra e menor qualidade nos serviços públicos.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Julgamos que com esta medida o executivo municipal pretende por um lado aliviar a carga fiscal dos municípios e ao mesmo tempo tornar o concelho mais atractivo tanto para as pessoas individuais como para as novas empresas. E talvez também ajudar a combater a desertificação. Mas, o mais importante é que uma descida de imposto é sempre uma boa noticia e por estas razões iremos votar favoravelmente.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria passar à votação do ponto em discussão.

Tendo a Assembleia deliberado por unanimidade, aprovar a Fixação da Taxa de participação variável no IRS, nos termos do artigo 20º da Lei das Finanças Locais.

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU) apresentou declaração de voto:

“Declaração de Voto da CDU sobre Proposta de participação variável do Município de Belmonte no IRS para 2008:

A actual Lei de Finanças Locais passou a atribuir aos municípios em cada ano, uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, cabendo à Câmara Municipal a faculdade de prescindir de tal participação, revertendo nesse caso, tal benefício, para os contribuintes.

Perante uma lei que continuamos a considerar fortemente penalizadora para as autarquias, o PCP considerou que esta possibilidade em concreto constitui uma operação inaceitável:

- Primeiro, porque sendo para nós uma certeza que o desagramento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que o Governo e a Assembleia da República têm que dar resposta, seja pela revisão dos escalões de tributação, seja pelo alargamento das deduções à colecta, o que não faz qualquer sentido é que, quanto a, este imposto em concreto, o desagramento se possa fazer desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras, da vontade política ou de meras opções demagógicas de cada Município.

- Segundo, porque a redução de impostos de âmbito, nacional e baseados, apesar de algumas distorções, em princípios de solidariedade e justiça distributiva como é o caso do IRS, não deve ser feito à custa dos municípios.

- Terceiro, porque os eventuais benefícios (limitados e inexpressivos) que resultam para os cidadãos da opção de prescindir desta verba apenas são sentidos pelas camadas de mais altos rendimentos, tirando-se aos que menos têm para devolver em dinheiro a quem mais tem.

É neste quadro que procedemos à análise da proposta da Câmara Municipal de Belmonte, de fixar em 0% a participação variável no IRS para 2008:

Conforme consta nas "Grandes. Opções no Plano e Orçamento" para 2008, a participação variável no IRS do Município de Belmonte atinge 104 mil 703 euros.

A ser aprovada, esta deliberação só tem efeitos a partir de 2009, ou seja, e coincidência, ano de eleições.

Mas façamos agora algumas contas simples, tendo como referência os dados da DGCI sobre o IRS liquidado do ano de 2006.

Em 2006, foram entregues em Belmonte, 2739 declarações de IRS, gerando uma colecta líquida de IRS no valor de 2 milhões 122 mil 839 euros e 30 cêntimos.

Façamos agora o seguinte exercício:
 $2\ 122\ 839,30 * 5\% = 106\ 141,965\ \text{€}$

Dividindo estes 106 141,965 euros pelas tais 2739 declarações de IRS, resulta a módica quantia de 38 euros ano. Ou seja, e a partir de uma média simples, em 2006, este seria o valor devolvido aos contribuintes/residentes de Belmonte. Considerando que em 2007 e 2008, estes dados não variam muito, o que é que isto significa?

Significa que é irrisória a quantia devolvida aos munícipes, que como já foi dito, são os que maiores rendimentos auferem;

Significa que o município abdica de uma receita, em 2008, de mais de 104 mil euros que deve aplicar de forma solidária e responsável em favor da colectividade.

Por tudo isto, perguntamos:

Alguém acredita que um munícipe virá viver para Belmonte para receber mais 38 euros, ou 40 €por ano?

Alguém acredita que a qualidade de vida melhora quando se abdica de uma receita que deve ser utilizada justamente para melhorar essa qualidade de vida? Claro que não!

Como a realidade tem demonstrado, a menor arrecadação tributária conduz inevitavelmente à sub-provisão de bens públicos, atingindo diferenciadamente os diversos grupos sociais. Os beneficiados, as camadas de maiores rendimentos, podem mais facilmente ter alternativas ao uso dos serviços públicos que, em virtude da perda de receitas, poderão eventualmente deixar de ser prestados, piorar na qualidade de resposta ou até ser privatizados. Este tipo de medidas agrava as desigualdades e, havendo menos receita, haverá menos obra e menor qualidade nos serviços públicos a prestar as populações.

Por tudo isto, defendemos que o município de Belmonte não deve prescindir dos 5% de IRS.”

4.5 – NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA REVISÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 48.º, N.º 2 DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria proceder à votação.

Tem do a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar o ponto em discussão.

4.6 – 2ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007;

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu:

“... ”

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Clarificado o motivo, não vai alterar o nosso sentido de votos, porque nós votamos contra o Plano e Orçamento para 2007 e não é por esta revisão estar aqui patente que vai inverter o destino das opções políticas tomadas neste concelho. Pelo que nos iremos abastecer. Mas, achei curioso que uma das «meninas dos olhos» do Senhor Presidente nomeadamente o Gabinete Social e Criação do Clube de Emprego tivesse só ficado com 100 euros nesta «limpeza de plano», também não deixa de ser curioso que esta tal clube de emprego desapareceu do Plano e Orçamento para 2008.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Gostaria de lembrar à Senhora Deputada que de Janeiro até Outubro deste ano o desemprego no Concelho de Belmonte baixou 18%, isto também deve ser dito e não é só estarmos aqui constantemente a denegrir a imagem do concelho, quando a realidade não é essa.”

O Senhor Deputado **José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD):

“A começar pelas últimas palavras do Senhor Presidente tem razão, o desemprego baixou 18 %, baixou de 289 desempregados em Janeiro para 245 em Outubro mas, isto não significa que o emprego tenha aumentado. Em relação ao documento que está em discussão resulta obviamente de questões técnicas mas, se observarmos o que se passou em relação às alterações de cada uma das verbas afectas a cada uma das rubricas não deixamos de reparar que em todas elas houve necessidade de rectificações, o que significa que de facto as previsões estão bastante erradas, nesse sentido vamos abster-nos.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria à votação da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007.

Tem do a Assembleia deliberado por maioria, com 11 votos a favor do PS e com 7 abstenções por parte do PSD e da CDU, aprovar o documento em questão.

4.7 – APRESENTAÇÃO, APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2008:

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Acácio Bernardo Nunes Dias.

O Senhor Deputado **Acácio Bernardo Nunes Dias:**

“Neste período da ordem de trabalhos, iremos proceder à análise das propostas de governação e desenvolvimento do Concelho, que nos propõe o Exmo. Executivo. Para iniciar a nossa análise começaremos pela leitura da introdução ao documento.

Constatamos que à semelhança de anos anteriores, é mais do mesmo, o que equivale a dizer que não houve durante o ano de 2007 as realizações que nos eram propostas naquele documento e que as mesmas transitam para o ano de 2008, possivelmente com o mesmo propósito de as não realizar.

Vejamos portanto a semelhança entre os dois documentos. Diria mesmo que o de 2008 é uma cópia retocada do de 2007.

Educação

Na educação, as propostas são exactamente as mesmas, no que se refere ao fornecimento de refeições, ao ensino de Inglês e o apoio ao ensino pré-escolar.

Nos dois documentos continua a proposta de abertura de concurso com vista à elaboração do projecto do Centro Educativo de Caria.

Possivelmente quando da sua execução, estará prejudicada a sua utilidade, tendo em conta o estudo demográfico do Concelho.

Consequentemente: Realizações – Nenhuma. Inovações – Nenhuma.

Cultura Desporto E Tempos Livres

No documento de 2007, é proposta a realização do Complexo Desportivo Municipal e Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Caria. No ano de 2008, as propostas são rigorosamente iguais.

No actual campo desportivo de Belmonte, um campo desportivo de terra lavrada, com duas bancadas provisórias construídas há mais de uma década, continuam a praticar desporto semanalmente talvez mais cento e vinte jovens, sem que esta Câmara se preocupe com as condições daquela prática desportiva. Acredite senhor Presidente, que em mais nenhum Concelho deste Distrito se pratica desporto naquelas degradantes condições. A Internet é indispensável, o ensino pré-escolar é necessário, o enriquecimento curricular é obrigatório.

Onde está a complementaridade de mente sã em corpo são?

Concluimos: Realizações – nenhuma – Inovações – Nenhuma.

Recuperação revitalização do património

No documento de 2007, é proposto realizar a revitalização da Casa da Torre, em Caria, construção da nova Biblioteca Municipal, do Arquivo Municipal, do Centro de interpretação da Torre de Centum Celas e do Assentamento Romano da Quinta da Fornea.

No ano de 2008 são propostas exactamente as mesmas obras que nos eram propostas em 2007.

Acção Social

No Documento de 2007 é proposta a abertura de concurso para a construção do Centro de Dia de Monte do Bispo, Início das obras do Centro de Convívio para Idosos de Belmonte e Aprovar o Plano de Desenvolvimento Social.

No documento de 2008 são propostas rigorosamente as mesmas obras. Concluimos: Realizações – Nenhuma. Inovações – Nenhuma.

Saúde

O pequeno parágrafo referente à saúde é literalmente igual no ano de 2007 e 2008, com a nuance de que no ano de 2008 se propõe a conclusão do Posto de Enfermagem de Carvalhal Formoso. Entendemos senhor Presidente. Concluimos: Realizações – Nenhuma. Realizações – Nenhuma.

Habitação

No ano de 2007 é proposto continuar a venda de lotes dos loteamentos Municipais, a Revisão do PDM e a reabilitação de áreas urbanas das freguesias
No ano de 2008 propõe-se novamente a venda de lotes Municipais e a conclusão da revisão do PDM, para além de pequenas obras nas freguesias.
Concluiremos: Quantos lotes foram alienados? - Nenhum. Inovação – Nenhuma.

Protecção Civil

No que se refere a este Item, os parágrafos, as palavras e a pontuação são rigorosamente iguais no documento de 2007 e 2008, pelo que me dispenso de qualquer comentário.

Abastecimento de Água. etc.

Também aqui não houve qualquer nova proposta.

Acessibilidades

O conteúdo deste item é rigorosamente igual ao do ano anterior, pelo que perante a situação nos sentimos efectivamente desiludidos.
Continua adiada a Via estruturante Oeste a Belmonte, a VICEB, a ligação do Nó Sul da A 23 e a beneficiação da entrada Norte da Vila. " Concluimos: Realizações – Nenhuma
Inovação – Nenhuma

Conclusão Final

Poderia o Exmo. Executivo dispensar esta Assembleia da análise das GRANDES OPÇÕES DO PLANO. São em bom rigor o decalque do documento do ano anterior. Se o Executivo preguiçou na elaboração do documento, para quê obrigar esta Assembleia Municipal a proceder à análise exaustiva do mesmo?

Plano E Orçamento Para O Ano De 2008

Passaremos agora à análise mais concreta dos Grandes Opções do Plano e Orçamento, através da leitura do Orçamento.

No primeiro membro do orçamento dedicado à receita corrente, constatamos que do montante total de receita corrente de 3 999 200,00 euros, mais de 53%, é proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Na receita de capital, para um montante total de 5 485 900,00 euros, mais de 50%, mais concretamente 2 755 215,00 euros provêm do FEF e do Feder e 1 018 863,00 euros de empréstimos.

Resumindo: a Gestão deste Município não tem capacidade para gerar receitas, para além das que lhe são atribuídas pelo Governo Central.

No segundo membro do documento, destinado à análise das despesas, constatamos que relativamente às despesas correntes são quase na sua totalidade atribuídas às despesas de funcionamento do Município.

Já nas Despesas de Capital, este documento não nos permite a sua análise com o devido rigor, uma vez que para um total de despesa de capital de 5 485 900,00 euros existe uma verba na classificação orgânica 0102 07010307. OUTROS com um montante de 1 334 000,00 € que nos impossibilita de discernir sobre este documento.

Consequentemente, o investimento neste Concelho, não é dado a conhecer neste documento para ser discutido. Estão obviamente no conhecimento do Exmo. Senhor Presidente do executivo.

Se pretendermos ser mais concretos na análise do documento, passaremos ao Plano Plurianual de Investimentos.

Verificaremos quais os financiamentos definidos para as obras a realizar. Se efectivamente o financiamento estiver defendido, possivelmente teremos obra, se não estiver definido, provavelmente não teremos obra.

Passarei a dar alguns exemplos concretos do que acabei de referir:

Realização de obras em edifícios escolares – financiamento definido 1 000,00 €

Construção do centro Educativo de Caria – Financiamento definido 25 000,00 €
Construção da Biblioteca Municipal – Financiamento definido 1 000,00

Construção do Arquivo Municipal Financiamento definido 1 000,00 €

Construção do Centro Cultural de Belmonte – Financiamento definido 1000,00 €

Construção do Centro do Conhecimento – Financiamento definido 1 000,00 €

Criação de Centro de Interpretação de Centum Cellas – Financiamento D. 5 000,0

Animação de rotas e Caminhos Históricos – Financiamento 1 000,00 €

Parque para mercados e feiras – Financiamento definido 5 000,00 €

Rede Rodoviária Urbana de Belmonte – Financiamento definido 5 000,00 €

Rede Rodoviária Urbana de Caria – Financiamento definido 5 000,00 €

Centro Coordenador de transportes – Financiamento definido 1 000,00 €

Estas são as obras que de certeza não serão construídas.

Após esta análise senhor Presidente, Senhores Membros desta Assembleia – Este não é um documento que possa projectar o Concelho para o futuro.”

A Senhora Deputada **Maria Dulce Ribeiro Pinheiro** (CDU):

“Apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008 da Câmara Municipal de Belmonte.

No momento em que se aprova o Plano e Orçamento para o próximo ano, instrumentos fundamentais, estruturantes e orientadores da actividade autárquica, mas também expressão das prioridades e objectivos estratégicos para o nosso Concelho, fica uma vez mais demonstrado que este é um caminho no qual não nos revemos e logo não pode merecer a nossa concordância.

Mais uma vez, este Plano e Orçamento são um exercício de navegação à vista. Ou seja, é a política do logo se vê!

Mais uma vez insiste-se em previsões de receita irrealistas mediante o recurso à rubrica "Venda de bens de investimento".

No domínio das despesas corrente, e na rubrica pessoal, salta à vista a precariedade hoje existente: pessoal contratado a termo – 61 mil euros; em regime de tarefa e avença - 55 mil euros; e em qualquer outra situação, 43 500 euros, somando 159 mil e 500 euros.

Permanece a incapacidade para fazer poupança corrente, perdendo capacidade de investimento. Investimento que mais uma vez aparece como uma verdadeira ficção...na verdade o que é que vai ser feito? Dos quase 5 milhões previstos em aquisição de bens de investimento, ou seja, na obra prevista, quanto é que vai ser executado? Em 2006, foi executado 45%...em 2007 vamos ver...

Assim sendo, o que é que vai fazer Sr. Presidente? Conviria que aqui dissesse efectivamente o que é que vai fazer, porque o que não tem feito, está à vista de todos.

Basta ver as obras que saltam de Plano para Plano sem qualquer concretização. Áreas estratégicas permanecem com valores residuais:

Pré-Escolar – Financiamento definido – 5000 mil euros Ensino Básico - 37 mil euros

Acção Social Escolar - 41 mil euros

Cultura – 2 milhões 218 mil euros, mas só o Solar dos Cabrais é quase metade;

Biblioteca, Arquivo Municipal, têm mil euros definidos. Rotas e Caminhos, também mil euros.

Habitação – 8500 euros – ouviram bem, 1700 contos ...palavras para quê!

Combate ao desemprego – praticamente zero.

Vias de Comunicação – rede colectora urbana Vila de Belmonte – 5 mil euros; rede colectora urbana Vila de Caria – 5 mil euros Centro de Transportes – mil euros.

Para os jovens migalhas ...

A empresa municipal que resiste e persiste recebe 150 mil euros, mas a pergunta continua a ser: o que é que a empresa faz que a Câmara não possa fazer melhor e com menos custos? Nada! Ou seja, esta estrutura é uma inutilidade que o novo regime legal só vem tornar mais premente o seu fim, sem prejuízo de se acautelarem os direitos dos trabalhadores que esses não têm responsabilidade nenhuma.

Entretanto, a rubrica "Outros" continua a receber milhares de euros reforçando a opacidade do orçamento.

As transferências para as Freguesias continuam a ser claramente insuficientes.

Para a Câmara o que importar que quem parte e reparte fica com a melhor parte!

Continua sem existir um quadro claro e criterioso de transferências de competências aqui discutido e aprovado como continua sem existir um quadro transparente no apoio a instituições e colectividades.

Para a CDU este Plano e Orçamento, revelando a continuidade no marasmo, continua a ser desequilibrado e a demonstrar que esta maioria política não tem um projecto de desenvolvimento. As prioridades revelam um desequilíbrio notável: investe-se, salvo seja, na cultura, mas manda-se às malvas a educação...aposta-se em alguns, poucos, equipamentos, mas despreza-se a habitação e a sua recuperação. ... Emprego, saúde, acção social, nada de novo!

Este é o orçamento nada socialista de uma autarquia PS...nada a que não estejamos habituados!

Por tudo o que fica expresso, este é um mau orçamento, não regista qualquer inversão ou alteração substancial nas linhas orientadoras e na política definida nos anos anteriores e por essa razão o nosso voto contra.

Por último, uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores municipais, pelo esforço e dedicação, num quadro que, sabemos, tem sido de grandes dificuldades e constrangimentos e que muitas vezes; com empenho e criatividade, têm ajudado a atenuar.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Pegando nas últimas palavras da Senhora Deputada Dulce queria dizer que não só essa deliberação relativamente ao associativismo mas, todas as outras deliberações da assembleia municipal são para ser cumpridas. Dirigi-me à Senhora Deputada porque quando há instantes apresentou a moção que votei favoravelmente, não apresentei declaração de voto proposadamente porque se não, corríamos o risco de estar aqui o dia todo a debater um problema e não chegarmos a nenhuma conclusão. É uma proposta de alteração do sistema eleitoral que tenho acompanhado de perto uma vez que faço parte do Conselho Directivo da Delegação Distrital da ANAFRE, e percebi o que a Senhora quis dizer e acho que neste ponto do orçamento é que era importante falar nisso mas, sei que corro o risco de não vir a ter direito a voto num próximo orçamento se a Lei for aprovada. Num à parte, tem a ver com a constituição de uma única lista e devo dizer-lhe que relativamente a esta matéria sou da opinião de quem ganha é quem deve governar mas, que a democracia constrói-se com as opiniões e a presença de todos e se esta proposta de lei for aprovada nestes termos as forças com menor representatividade vão sair dos executivos, quem ganha deve governar mas, deve governar melhor certamente se ouvir uma diversidade de opiniões porque todas as opiniões fazem falta.

Relativamente à questão dos presidentes de junta correrem o risco de não vir a ter direito de voto no plano e orçamento, entendo que se às vezes os presidentes de junta votam condicionados por outro lado também é verdade que às vezes com esse voto exercem alguma pressão que permite a concretização de algumas obras.

Entrando no orçamento propriamente dito quero dizer que relativamente a este ponto é importante salientar que aquilo pelo nos debatemos é pela concretização das propostas e das obras que possam ir ao encontro dos anseios e expectativas das nossas populações. Somos exigentes mas, também estamos aqui para ajudar a viabilizar a governação do nosso município. Porque somos exigentes vemos contemplados neste documento não todas, mas algumas das obras que gostaríamos de ver concretizadas como é o caso da Construção do Complexo Desportivo de Belmonte, que neste caso em particular, como Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, vejo com muito agrado não só por razões políticas mas, também

por razões de carácter afectivo. Porque estamos aqui para ajudar a viabilizar a governação deste município para unir esforços e porque queremos contribuir para o desenvolvimento de Belmonte a bancada do PS vai votar favoravelmente este documento.”

O Senhor Deputado **José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD):

“Congratulo-me com o facto de desta vez ter-mos recebido o documento assinado, ao contrário daquilo que vinha acontecendo em anos anteriores, ficando assim com a certeza que estamos a aprovar e debater o documento oficial.

Relativamente ao conteúdo do documento vou tecer apenas algumas considerações: Em primeiro lugar para trazer aqui à memória desta assembleia e dizer da nossa concordância da análise feita pelos Senhores Vereadores do MPb, penso que de uma maneira geral eles retratam que o que este orçamento é. É um orçamento sem «chama» sem «alma» é um orçamento sem continuidade e que não trás nada de novo. É um orçamento que custa nalguns aspectos levar a sério, nomeadamente e passo a citar”em termos de ordenamento pensamos estar em condições de concluir a revisão do PDM de Belmonte” esta é de facto uma afirmação que não é para levar a sério. Porque quem esteve quatro anos para conseguir a primeira reunião da Comissão Mista de Acompanhamento certamente que num ano não irá concluir a revisão do PDM.

Permito-me já destacar dois aspectos positivos, parece-me que são de todos os mais positivos, o primeiro é a continuação da intervenção financiada no Programa das Aldeias Históricas, o outro aspecto positivo continua a ser os arranjos de caminhos, é a verba mais volumosa em termos de investimento.

De iniciativas dinamizadoras de actividades económicas que criem emprego e riqueza nada consta do documento.

Quero dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte que o Complexo Desportivo está adiado, a verba que está inscrita e definida para 2008 são 500 mil euros que seria excelente para começar a obra mas, que dizem respeito a um protocolo em que obviamente só será disponibilizado pela Administração Central se a verba a definir pela Câmara Municipal permitir comparticipar o início da obra, portanto é a mesma coisa que nada.

Para Caria nem a certeza da construção do Centro Educativo existe neste orçamento, estão apenas inscritos 25 mil euros.

Em Colmeal da Torre sabemos que todo o pouco que se consegue é tirado a «sacarroilhas» é preciso muito esforço e lá se vai conseguido alguma obra e aí note-se, parece que, finalmente em relação ao loteamento estamos a ver uma «luz ao fim do túnel» depois de muitos anos de trabalho.

Inguias parece que se contentam com a abertura do Centro Dia de Carvalhal Formoso que é a única obra.

Maçainhas tem apenas a cobertura da Capela do Divino Espírito Santo.

Tudo o resto é uma gestão das necessidades básicas e elementares da população que são os arranjos urbanos e urbanísticos mas, tudo o resto não passa de meras ilusões e por isso na continuidade daquilo que vem a ser as propostas desta câmara iremos votar contra estas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2008.”

O Senhor **António Manuel Gonçalves Rodrigues** Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte:

“Quero dizer ao Senhor Deputado José Carlos que as obras que foram acordadas entre o Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte e o Senhor Presidente da Câmara Municipal não são só o Complexo Desportivo, a Variante não está parada, estamos na fase de contactos com os proprietários para proceder às respectivas expropriações. Mas, vim aqui sobretudo pelo Complexo Desportivo e a ideia que tenho do Senhor Presidente da Câmara é que esta obra é para ir para a frente porque é uma obra em que me empenhei muito e acredito que vai arrancar no próximo ano e digo mais se a obra não arrancar no próximo ano irei demitir-me de algumas das responsabilidades políticas que tenho.”

O Senhor Deputado **José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD):

“Eu entendo esta intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte mas, o que está nesta proposta são financiamentos definidos de 500 mil euros que correspondem ao protocolo com a Administração Central, financiamento não definido 300 mil euros, para 2009, 660 mil euros, para 2010 330 mil euros, a câmara nem um cêntimo a mais de verba definida aqui colocou, por isso entendi muito bem a sua intervenção e acho que fez muito bem em tê-la feito.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Começava por dizer aos Senhores Deputados que este orçamento foi construído com uma intervenção directa dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e naturalmente eles melhor do que ninguém sabem quais são as necessidades das freguesias. De forma que eu até por isso acredito que é um bom documento, que para além de termos também a nossa opinião, pensamos que o Executivo Municipal aprovou o documento de forma consciente. Trabalhamos para fazer o melhor que podemos e sabemos. O fundamental neste orçamento e aquilo que ele reflecte é aquilo que os senhores autarcas das nossas freguesias entendem como necessário e que o executivo municipal também o entendeu dessa maneira sempre de uma forma séria e honesta em relação a tudo isto.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria à votação do ponto Apresentação, Apreciação e Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Para o Ano de 2008.

Tem do a Assembleia deliberado por maioria, com 11 votos a favor do PS e com o voto a favor do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre e com 6 votos contra do PSD e da CDU, aprovar o documento em questão.

O Senhor Deputado **José Carlos Dias Duarte Gonçalves** (PSD) apresentou uma declaração de voto:

Declaração de voto:

“... continua sem uma estratégia de desenvolvimento sustentável sem uma linha de rumo para a sua afirmação e no que implica iniciativa criatividade e empreendedorismo nada se mostra e nada se vê. A este propósito bata referir a inércia total na incapacidade de promover os mecanismos para elaboração de uma Agenda XXI local instrumento através do qual as autoridades locais devem trabalhar em parceria com os vários sectores da comunidade para elaboração do plano de acção de forma a implementar a sustentabilidade ao nível local. Trata-se de uma estratégia integrada consistente e que procura o bem-estar social, melhorando a qualidade do ambiente tornando assim um instrumento de estratégia

de planeamento e acção. Mas este executivo continua teimosamente a pensar que bastam as suas ideias para se irem mantendo no poder, não percebendo o declínio das nossas populações.

Quanto às grandes opções do plano e orçamento para 2008, o PSD considera que este documento enferma três significativos deficits:

Primeiro, são instrumentos de mera gestão corrente de satisfação das necessidades básicas das populações e nas obras que de facto podiam criar mais riqueza e bem-estar estas são meras referências de propaganda elaboradas com fim da convicção de criar nos munícipes uma ilusão de grande capacidade empreendedora mas, logo desmentidas pelas verbas definidas que lhe estão afectas.

O segundo deficit tem a ver com o facto de ser instrumentos de ilusão, porque à semelhança do que tem acontecido anteriormente apresenta projectos dependentes do financiamento da administração central sem que exista qualquer compromisso concreto desta, neste contexto não é um orçamento de rigor e verdade.

Por ultimo o orçamento e as grandes opções do plano enfermam ainda de um terceiro deficit, que se traduz no facto de serem instrumentos de gestão para concretizar uma maioria politica que se estende aos senhores deputados do PS da assembleia que aposta na frágil manutenção dos equilíbrios e interesses existente na incapacidade de procura de novos meios para promover a criação de emprego, na incapacidade de definição de verdadeiras políticas de ensino e formação, na incapacidade de acorrer aos crescentes desafios e necessidades de ordenamento do território, veja-se a inércia da revisão do PDM, na incapacidade para defender o ambiente e a qualidade de vida, no fundo a incapacidade de colocar o cidadão no centro das suas preocupações.”

5 – 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente tendo havido uma intervenção por parte do Senhor José de Sousa Fernandes.

O Senhor José de Sousa Fernandes disse:

“ Gostaria que a Câmara Municipal de Belmonte informa-se por escrito, se o Parque de Sucata sito no Sítio do Sobral em Inguias está ou não licenciado pela Câmara Municipal. Porque o que ali existe è uma violação das normas ambientais e violação da qualidade de vida a que cada cidadão tem.”

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.

O Presidente da Mesa

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário